



Eixo: Trabalho, Questão Social e Serviço Social

Sub-eixo: Transformações contemporâneas no mundo do trabalho e suas repercussões no trabalho profissional da e do assistente social

DA CRISE À INVIABILIZAÇÃO? DEBATE SOBRE A CRISE DA HEGEMONIA DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO

IVELIZE OLIVEIRA FERRAZ¹

Resumo: Apresentam-se aqui algumas reflexões iniciais acerca do debate sobre a crise da hegemonia do projeto ético-político do Serviço Social brasileiro, procedendo a uma aproximação do conceito de hegemonia conforme elaborado por Antonio Gramsci, por meio de alguns de seus intérpretes. O Serviço Social é, brevemente, contextualizado em sua configuração contemporânea, com destaque para a cristalização do neoliberalismo no Brasil, a precarização da formação profissional e seus rebatimentos para a atuação profissional e a (não) consolidação do projeto ético-político.

Palavras-chave: Serviço Social; Projeto ético-político; Hegemonia.

Abstract: Here are presented some initial reflections about the hegemony's crisis discussion of Brazilian's Social Work ethical-political project, proceeding to an approximation of the hegemony's concept as elaborated by Antonio Gramsci, through some of his interpreters. The Social Work is briefly contextualized in its contemporary configuration, with emphasis in the crystallization of neoliberalism in Brazil, the precariousness of professional training and its repercussion for professional performance and the (non) consolidation of the ethical-political project.

Keywords: Social Work; Ethical-political project; Hegemony.

I. INTRODUÇÃO

Elaborada a partir de um ensaio produzido para uma disciplina de um Programa de Estudos Pós-graduados em Serviço Social em 2016, esta comunicação visa tecer considerações acerca do debate sobre a crise da hegemonia do projeto ético-político do Serviço Social brasileiro. Para tanto, recorrerá a uma conceituação sobre projetos profissionais e seus elementos constitutivos, bem como realizará um breve resgate histórico sobre a gênese e consolidação do denominado projeto ético-político do Serviço Social brasileiro (PEP). Posteriormente, procederá a uma aproximação do conceito de hegemonia conforme elaborado por Antonio Gramsci, por meio de alguns de

¹ Profissional de Serviço Social. Prefeitura do Município de São Paulo. E-mail: <ivelize.ferraz@gmail.com>

seus intérpretes. Finalmente, contextualizará a profissão do assistente social em sua configuração contemporânea, abordando pontos presentes à época do debate (2007-2009), com destaque para a cristalização do neoliberalismo no Brasil, a precarização da formação profissional e seus rebatimentos para a atuação profissional e a (não) consolidação do projeto ético-político.

II. PROJETOS PROFISSIONAIS E PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO

Com o intuito de versar a respeito de projetos profissionais, cabe retomar a compreensão que se tem da profissão desde a década de 1980, a partir da produção de Iamamoto e Carvalho (2009), afirmando que o Serviço Social é uma especialização do trabalho coletivo, inserido na divisão social e técnica do trabalho, tendo como foco de sua atuação as expressões da questão social e participando do processo de reprodução das relações sociais.

Pode-se afirmar que o Serviço Social, enquanto profissão, busca oferecer respostas qualificadas frente às múltiplas expressões da questão social², tendo como pressuposto que “toda profissão existe para atender/responder aos interesses e necessidades sociais” (CARDOSO, 2013, p. 71). Assim, considera-se que toda profissão existe por determinados motivos e que a estes deve responder de alguma forma, constituindo um esforço de cada categoria de trabalhadores, enquanto sujeito coletivo, em elaborar uma projeção do dever ser profissional, que constituirá o chamado projeto profissional. De acordo com Netto,

os projetos profissionais apresentam a auto-imagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam os seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, institucionais e práticos) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as balizas da sua relação com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais, privadas e públicas (1999, p. 95).

² É válido ressaltar que a profissão oferecer respostas frente às múltiplas expressões da questão social não é o mesmo que buscar a supressão desta pela profissão, entendendo que a supressão da questão social se dará somente com a superação da ordem do capital. No que tange ao Serviço Social, compartilha-se da análise de Netto (2001b): “sua *raison d'être* tem sido a “questão social” – sem ela, não há sentido para esta profissão. Mas até a sua resolução na supressão da ordem do capital, ainda está aberto um longo caminho para a profissão” (p. 49).

Toda projeção parte da capacidade teleológica do ser humano, isto é, a capacidade que este tem de antecipar no plano ideal o que se pretende realizar e os meios que serão utilizados para tal. Assim, os projetos profissionais são projetos coletivos, pois envolvem um grupo de pessoas e evidenciam o posicionamento deste perante uma projeção para si mesmo em relação a um projeto societário. Cardoso afirma que um projeto coletivo “será sempre um projeto ético e político, o que envolve [...] a escolha de valores (ético) e a construção de meios para atingir sua finalidade (político)” (2013, p. 76).

Os projetos profissionais são compostos por quatro dimensões relacionadas, quais sejam: ética, política, teórico-metodológica e jurídica, manifestas “sob a forma da ética profissional, da organização política, da produção do conhecimento/propostas metodológicas e do aparato jurídico-político” (CARDOSO, 2013, p. 79). Os elementos constitutivos dos projetos profissionais não são meras abstrações. Pelo contrário, se objetivam e se expressam na realidade através de componentes construídos por cada categoria de trabalhadores. Tomando o Serviço Social como exemplo, tais componentes são³:

a) a produção de conhecimentos no interior do Serviço Social, através da qual conhecemos a maneira como são sistematizadas as diversas modalidades práticas da profissão, onde se apresentam os processos reflexivos do fazer profissional e especulativos e prospectivos em relação a ele. [...]

b) as instâncias político-organizativas da profissão, que envolvem tanto os fóruns de deliberação quanto as entidades da profissão. [...]

c) a dimensão jurídico-política da profissão, na qual se constitui o arcabouço legal e institucional da profissão, que envolve um conjunto de leis e resoluções, documentos e textos políticos consagrados no seio da profissão. (BRAZ e TEIXEIRA, 2009, p. 09).

Assim, todo projeto profissional é informado por uma determinada ética profissional. A teleologia deste é dada pelos valores e princípios que eleger, vinculando-se, assim, a uma ética, ou seja, a um modo de ser que aponta um dever ser. Todo projeto profissional, portanto, propõe a objetivação de uma determinada ética profissional (CARDOSO, 2013, p. 80).

³ Para a discussão sobre projetos profissionais, utilizam-se como referências as produções de Cardoso (2013) e de Braz e Teixeira (2009). Ambas versam a respeito da temática numa mesma perspectiva, sendo que a produção de Cardoso, posterior à de Braz e Teixeira, amplia o debate, trazendo mais um elemento: a dimensão ética.

Considerando que os momentos históricos diversos pelos quais passou o Serviço Social brasileiro correspondem à direção social dada a este por diferentes projetos profissionais, cabe retomar, de maneira sucinta, o contexto da gênese do projeto ético-político.

A década de 1970, no contexto mundial, é marcada por outra crise do capitalismo, a qual o regime do capital ofereceu como resposta um novo modelo político e econômico: o neoliberalismo e o toyotismo. Embora a política neoliberal não seja assumida no Brasil nesse momento, ela incidiu sobre o país na forma de retirada dos investimentos por parte dos países centrais. No governo de Geisel, tem-se início a chamada “distensão do regime militar”, evidenciando um processo de abertura democrática. A partir do final da década de 1970 até meados dos anos 1980, nota-se uma explicitação da questão social, expressa pela organização da classe trabalhadora e pelas reivindicações dos movimentos sociais, na luta por direitos.

Nesse contexto, coloca-se como demanda ao Serviço Social, enquanto profissão:

O Estado demanda um profissional moderno e competente capaz de responder às necessidades da tecnoburocracia e conseguir apoio popular para os programas governamentais; os setores desorganizados da clientela do Serviço Social, para atender às suas necessidades imediatas de sobrevivência, e os setores organizados da clientela demandam a ampliação da assistência na perspectiva de um direito social dos setores populares, percebidos como classe social, e buscam, também, apoio a seu esforço de organização (ABESS/CEDEPSS apud CARDOSO, 2013, p. 181).

Assim, em articulação com partidos políticos e com as lutas dos movimentos sociais e da classe trabalhadora, o projeto de ruptura constrói sua resposta a essa demanda. Tendo como marco histórico o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (III CBAS), que ocorreu em 1979 e ficou conhecido como “Congresso da Virada”, na década de 1980 a vertente intenção de ruptura conquista a hegemonia no interior do Serviço Social brasileiro, até se consolidar, nos anos 1990, como projeto ético-político. Destarte, a profissão afirma seu compromisso com os interesses da classe trabalhadora e os assistentes sociais passam a se entender enquanto parte dela.

A conjuntura da década de 1990 é dada pela mundialização do capital e suas consequências: ofensiva neoliberal em âmbito mundial, contrarreforma do Estado e processos de privatização, desregulamentação e flexibilização, no tangente à esfera produtiva. Cardoso afirma que, com o fim da Guerra Fria, “à crise da concretização histórica da perspectiva emancipatória apresentava-se a ofensiva do capital” (CARDOSO, 2013, p. 195). Diante dessa conjuntura adversa, assumindo um posicionamento crítico e de enfrentamento frente a esse paradigma, é que o projeto ético-político busca sua consolidação no interior da profissão, defendendo a emancipação humana e pautando a intervenção profissional na luta por direitos.

O chamado projeto ético-político é, atualmente, visto como hegemônico no interior da profissão, tendo como referência teórica o materialismo histórico-dialético. Nas palavras de Netto,

este projeto ético-político tem em seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor central – a liberdade concebida historicamente, como possibilidade de escolher entre alternativas concretas; daí um compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais. Consequentemente, o projeto profissional vincula-se a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem dominação e/ou exploração de classe, etnia e gênero. A partir destas escolhas que o fundam, tal projeto afirma a defesa intransigente dos direitos humanos e a recusa do arbítrio e dos preconceitos, contemplando positivamente o pluralismo – tanto na sociedade como no exercício profissional (NETTO, 1999, p. 104-105).

Como expressão do projeto ético-político e como elemento norteador da atuação dos assistentes sociais, se tem a atual legislação profissional, composta pelo Código de Ética de 1993, pela Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 8.662/1993) e pelas Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996).

Considerando a afirmação de que os momentos históricos diversos pelos quais passou o Serviço Social brasileiro correspondem à direção social dada a este por diferentes projetos profissionais que alcançaram a hegemonia, cabe realizar uma aproximação a este conceito, conforme proposto por Gramsci.

III. O CONCEITO DE HEGEMONIA EM GRAMSCI E SUA TRANSMUTA PARA O SERVIÇO SOCIAL

Visando compreender o conceito de hegemonia em Gramsci, cabe demarcar que sua obra é profundamente marcada pelo contexto social de crise do capitalismo vivenciada na Europa entre os anos 1920 e 1930, possuindo acentuado caráter militante no sentido de prestar contribuição ao programa revolucionário do proletariado.

Tendo em vista a multiplicidade de significados atribuídos ao termo hegemonia (tais como supremacia, dominação, consenso, direção, monopólio), é válido o esforço em compreender tal conceito no sentido real conferido por Gramsci. De acordo com Moura (2015), a hegemonia é abordada de maneira contumaz nos Cadernos do Cárcere, sendo utilizada em momentos diferentes para a compreensão de situações distintas, o que implica necessária compreensão da conjuntura analisada pelo autor.

Os estudiosos da obra gramsciana concordam que o italiano não instituiu um conceito preciso, fechado e acabado sobre o que entendia por hegemonia. Assim, este adquire sentido a partir de seu uso nos estudos de determinados acontecimentos da realidade italiana, assumindo um status prático.

Gomes (2012) afirma que a concepção de hegemonia, desenvolvida por Gramsci nas páginas dos Cadernos do Cárcere, é uma categoria fundamentalmente prática, se configurando como uma “ação real desenvolvida na sociedade tendo como base a disputa consciente entre grupos sociais antagônicos” (p. 74). Desse modo, a hegemonia deve ser entendida a partir da disputa entre grupos políticos defensores de ideologias distintas.

Embora a categoria hegemonia remeta a Lênin, a utilização do conceito pelos dois autores ocorre em momentos distintos, ocasionando diferenças entre as concepções adotadas, conforme Portelli (apud MOURA, 2015, p. 4):

[...] o problema essencial para ele [Lênin] é a derrubada, pela violência, do aparelho de Estado: a sociedade política é o objetivo e, para atingi-lo, uma prévia hegemonia política é necessária: hegemonia política porque a sociedade política é mais importante, em suas preocupações estratégicas, do que a civil [...] Gramsci, ao

contrário, situa o terreno essencial da luta contra a classe dirigente na sociedade civil: o grupo que a controla é hegemônico e a conquista da sociedade política coroa essa hegemonia, estendendo-a ao conjunto do Estado (sociedade civil mais sociedade política).

Lênin, ao abordar a ditadura do proletariado, enfatiza o seu caráter coercitivo (“guerra de movimento”), mencionando a força que essa classe detinha sobre os demais setores e classes sociais. Por sua vez, Gramsci ressalta a importância da constituição de uma classe dirigente que utilize o consentimento das massas (“guerra de posição”) e não apenas a coerção, fornecendo uma direção intelectual e moral.

Segundo Gruppi (apud MOURA, 2015, p. 5), para Gramsci, a ditadura do proletariado seria viável tão somente se o proletariado além de se tornar dominante, se tornasse dirigente, obtendo o consenso para que o Estado operário adquirisse governabilidade. Assim, a hegemonia do proletariado configuraria uma transformação completa na sociedade, constituindo-se numa verdadeira reforma intelectual e moral.

Coutinho (1999) pontua que há diferença entre hegemonia/consenso/direção, que possui base na sociedade civil, e dominação/ditadura/coerção, no âmbito do Estado em sentido estrito (aparelhos burocráticos e repressivos). Dessa maneira,

[...] a hegemonia gramsciana se materializa precisamente na criação dessa vontade coletiva, motor de um bloco histórico que articula numa totalidade diferentes grupos sociais, todos eles capazes de operar, em maior ou menor medida, o momento catártico de superação de seus interesses meramente econômico-corporativos, no sentido de uma consciência ético-política universalizadora (COUTINHO, 1999, p. 250-251).

Transmutando a categoria hegemonia, conforme proposta por Gramsci, para o Serviço Social, deve-se levar em conta que o autor a utiliza para tecer análise sobre a atividade de direção política e social das classes sociais em momento específico da conjuntura italiana, enquanto o seu emprego no Serviço Social caracteriza uma determinada direção intelectual, social e política da profissão. Nesse ponto, partilha-se da consideração exposta por Rodrigues (2009, p. 43):

[...] a hegemonia é comumente utilizada, por diversos(as) analistas do Serviço Social, dentre os(as) quais me incluo, como direção ético-política e

teórica que sustenta determinada direção social estratégica, representando uma dada compreensão de realidade e de profissão e de formas de enfrentamento adotadas por segmentos dos(as) assistentes sociais e suas entidades representativas; embora possa não ser majoritária na categoria profissional.

Entende-se, então, que hegemonia, no âmbito do Serviço Social, não faz referência à quantidade, e sim a uma direção social adotada pela categoria profissional, tendo expressão nas dimensões ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa.

É válido destacar que, conforme a proposta gramsciana de conquista da hegemonia, esta não deve ser imposta, mas ser gestada por meio do consenso, a partir da adesão crítica e ativa dos grupos sociais (nesse caso, a categoria profissional) ao projeto que almeja ser hegemônico (no momento, o PEP).

Por fim, menciona-se que hegemonia não se confunde com homogeneidade e pressupõe pluralismo, propostas alternativas e até mesmo projetos antagônicos em disputa no interior da categoria profissional.

IV. QUESTÕES PARA O DEBATE SOBRE A CRISE DA HEGEMONIA DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO

Objetivando discorrer acerca do debate sobre a crise da hegemonia do projeto ético-político do Serviço Social brasileiro, pontua-se quais foram as questões centrais que estiveram presentes na análise de autores como José Paulo Netto, Marcelo Braz e Sâmya Rodrigues, entre os anos 2007-2009. Em um segundo momento, realiza-se a análise contemporânea de alguns desses elementos. Considerando a natureza desse texto, não foi possível explorar tais questões como necessário, sabendo-se que é importante e urgente maior adensamento de determinados temas, como uma análise de conjuntura sobre a sociedade brasileira contemporânea e a situação da esquerda no país, por exemplo.

Desde o ano 2007, o debate a respeito da crise de hegemonia do projeto ético-político vem sendo construído, de maneira polarizada. Há autores que

sustentam a afirmação de existência da crise do PEP e há autores que argumentam sua continuidade hegemônica na categoria profissional.

Empreitando a existência de uma crise, tem-se Marcelo Braz, com seu texto “A Hegemonia em Xeque” (2007) e José Paulo Netto, em “Das Ameaças à Crise” (2007). Os argumentos defendidos por Braz e Netto se pautam em torno de duas principais tendências, das quais a profissão é caudatária dos rebatimentos. A primeira delas se refere à “ausência de proposta alternativa à do capital na sociedade brasileira” (BRAZ, 2007, p. 7). Para o autor, tal perspectiva adquire maior espaço a partir de 2002, tendo em vista que a ascensão do presidente Lula apenas cristalizou a perspectiva neoliberal no Brasil, gestando uma crise da esquerda no país. No endosso do debate, Netto (2007, p. 38) afirma que “a conjuntura atual, no Brasil, não registra mobilização e resistência expressivas à cultura neoliberal”. O segundo elemento de crise e inviabilização se refere aos objetivos e funções profissionais. Para o último autor, há uma tendência de focar a profissão na política de assistência social, o que se constitui numa regressão. Tem-se, ainda, a problemática da formação profissional, através da investida neoliberal na política de educação, incidindo diretamente na proliferação dos cursos em instituições privadas, na precarização do ensino e no aumento da modalidade EAD (Educação a Distância).

Contra-pondo-se aos argumentos defendidos pelos autores supracitados, tem-se o posicionamento de Sâmya Rodrigues, por meio do texto “Limites e possibilidades históricas do Projeto Ético-Político” (2009), e de uma palestra ministrada no 3º Encontro Internacional de Política social e 10º Encontro Nacional de Política Social (2008). Rodrigues (2009) elabora argumentos com o intuito de demonstrar avanços da categoria profissional frente aos processos analisados pelos autores já citados. Para a autora, há que se analisar a interlocução que vem sendo feita pela categoria com outros segmentos e movimentos da sociedade, dos quais são representativos os movimentos por moradia, movimentos dos trabalhadores desempregados, além do MST. No que se refere ao segundo aspecto abordado por Braz (2007) e Netto (2007), que compreende a esfera dos objetivos e da formação profissional, Rodrigues (2009) aponta que as entidades da categoria estão se posicionando a respeito

do tema. Com relação à precarização da formação profissional, Rodrigues (2009) defende que se percebe uma continuidade da teoria social crítica e que se faz preciso apostar nas contradições que emergem, alimentando as estratégias e o potencial de enfrentamento a tais perspectivas.

Como mencionado, esse texto pretende tecer breves considerações acerca da cristalização do neoliberalismo no Brasil, a precarização da formação profissional e seus rebatimentos para a atuação profissional e a (não) consolidação do projeto ético-político, corroborando com os argumentos envidados por Braz e Netto.

Assim, ao elucubrar sobre a profissão, é preciso levar em conta as mudanças no padrão de acumulação nos marcos da mundialização e financeirização do capital e a incidência desses processos no Brasil. A década de 1980 correspondeu, nos países de capitalismo avançado, ao período de intensas transformações no mundo do trabalho, abarcando, também, as formas de representação sindical e política. Tendo em vista a profundidade das transformações ocorridas, Antunes afirma

ter a classe-que-vive-do-trabalho presenciado a mais aguda crise deste século, que não só atingiu a sua materialidade, mas teve profundas repercussões na sua subjetividade e, no íntimo inter-relacionamento desses níveis, afetou a sua forma de ser (2009, p.206).

A década em questão teve como uma de suas características um grande avanço tecnológico, com a inserção da automação e novas formas organizacionais no ambiente fabril. O padrão fordista dominante foi mesclando-se com outros processos produtivos e sendo substituído pelo toyotismo. O novo modelo de organização da produção trouxe agudos desdobramentos no que se refere aos direitos do trabalho, que passaram a ser desregulamentados e flexibilizados, visando dotar o capital do instrumental necessário para adequar-se à sua nova fase: a da acumulação flexível.

Excedentes de força de trabalho, alto índice de desemprego estrutural, superexploração do trabalho em casa, crescimento exacerbado das práticas de trabalho no setor informal e retrocesso na ação dos sindicatos são representativos dos ataques aos direitos relativos ao trabalho.

Em adequação às exigências do mercado, um novo perfil de trabalhador é gestado, evocando-se a polivalência deste, ocasionando a desespecialização a partir da valorização da figura do trabalhador multifuncional. Direitos flexíveis estão na ordem do dia e a força de trabalho é disposta em função das oscilações do mercado. O toyotismo configura sua estrutura a partir de um número mínimo de trabalhadores, que pode ser ampliado por meio de horas extras, e de trabalhadores temporários ou subcontratados.

Tais transformações não afetam, apenas, a esfera da produção e os operários fabris: elas afetam o conjunto das relações sociais, incluindo, dentre outras especializações do trabalho coletivo, o Serviço Social. São expressões, ainda, de um período de hegemonia do capital financeiro e de enfraquecimento da classe trabalhadora.

O assistente social é dotado de força de trabalho especializada, conquistada através de formação universitária. Contudo, essa força de trabalho apenas entra em ação quando dispõe de meios e instrumentos de trabalho, os quais não são de propriedade do assistente social, devendo ser colocados à disposição deste por meio de seus empregadores institucionais. Raichelis evidencia que “as implicações desse processo são profundas e incidem na autonomia relativa desse profissional, que não possui, como vimos, o poder de definir as prioridades nem o modo pelo qual pretende desenvolver o trabalho socialmente necessário” (2011, p. 425). Como parte da classe trabalhadora, está sujeito aos dilemas e constrangimentos comuns a todos os trabalhadores assalariados, como a perda de direitos historicamente conquistados, empreendida a partir dos ajustes neoliberais, o desemprego, a exploração, a precarização e a desregulamentação do trabalho.

Os assistentes sociais padecem com processos de intensificação do trabalho e de polivalência, com a redução e focalização dos programas sociais e benefícios, com as exigências de requalificação da força de trabalho, e com a desregulamentação, a desprofissionalização e a competitividade. Iglesias acrescenta outras questões pertinentes, como a

ampliação dos cargos genéricos, que contribui para a diluição das particularidades profissionais; o envolvimento de assistentes sociais, no exercício profissional, em atividades alheias à sua formação e às competências e atribuições privativas expressas na Lei que

Regulamenta a Profissão (Lei 8.662/1993) e o crescimento da prática do trabalho voluntário, reconhecido e estimulado em todos os países pelos organismos internacionais e governos nacionais e que tem sido reconhecido no meio profissional como quesito para “adensar” o currículo, especialmente dos assistentes sociais recém-formados que ainda não possuem experiência profissional (2016, p. 6).

Ante o exposto, considerando as condições concretas para o trabalho profissional tensionadas pela conjuntura macroeconômica e pelas consequentes alterações no campo da política social, questiona-se qual tem sido a direção dada à formação profissional dos assistentes sociais.

No que se refere a esse assunto, Iamamoto (2010) confere destaque na perspectiva de exigir rigor teórico-metodológico e acompanhamento da qualidade acadêmica da formação em Serviço Social. A autora demarca que a expansão vertiginosa e precarizada da formação universitária, sobretudo na modalidade Educação a Distância (EAD), visando a ampliação da lucratividade das empresas educacionais, pode trazer o crescimento exponencial do contingente profissional, acarretando o aumento do desemprego nessa área, pressionando o piso salarial, estimulando a insegurança do trabalho e contribuindo para um processo de despolitização da categoria.

O processo de intensificação da formação universitária tem ampliado significativamente o contingente profissional, que passou de 82.021 assistentes sociais ativos cadastrados no Conselho da profissão em 2008 para 149.029 em 2014, registrando um crescimento de mais de 80% em seis anos⁴. Na última década, houve uma descomunal expansão de ofertas de cursos de graduação em Serviço Social, tanto presenciais, quanto na modalidade EAD, como expressão do processo de mercantilização do ensino superior e entrega da educação ao capital financeiro, repercutindo na grande quantidade de profissionais formados. No ano de 2015, o Brasil possuía em funcionamento apenas 69 cursos públicos presenciais, 415 cursos privados presenciais e a assustadora quantidade de 2.241 polos de Educação a Distância.

⁴ Os dados quantitativos citados nesse parágrafo foram extraídos do Relatório de Pesquisa de Iniciação Científica intitulada “A “virada” do Serviço Social brasileiro: ainda uma “intenção de ruptura”?” (2015), elaborada pelo então estudante Alex Gonçalves dos Santos, sob orientação do Prof. Dr. Ademir Alves da Silva.

Pode-se citar, ainda, uma ofensiva neoconservadora e reacionária em curso, a qual as profissões não estão imunes. Intolerância, racismo institucional, irracionalismo, dogmatismo e reprodução do senso comum atraem a adesão de parcelas da população, inclusive da classe trabalhadora e de um público jovem. Quanto a essa questão, Barroco (2015) demarca que

o conservadorismo percorre nossa trajetória profissional. A questão é saber em que medida ele está sendo superado no processo de construção do projeto ético-político profissional direcionado à ruptura com o conservadorismo, construção que já dura mais de trinta anos. A profissão não é uma ilha. Ela reflete as contradições sociais, suas tendências e, como tal, a luta pela hegemonia entre ideias e projetos profissionais e societários (p. 634).

Ante os desafios expostos, contudo, faz-se necessário citar algumas conquistas profissionais:

- No que se refere à temática do estágio em Serviço Social: a publicação da resolução CFESS N° 533, de 29 de setembro de 2008, que regulamenta a supervisão direta de estágio em Serviço Social; a publicação pela ABEPSS, em 2010, da Política Nacional de Estágio, que traz as referências a serem cumpridas pelas unidades de formação acadêmica, orientando a supervisão, a vigência de estágio obrigatório e não obrigatório, dentre outros; a implantação, no final de 2013, do Sistema de Credenciamento on-line dos campos de estágio junto ao CFESS, permitindo maior agilidade na fiscalização de irregularidades.

- No que se refere à ampliação dos postos de trabalho na política de assistência social e o receio de “assistencialização do Serviço Social”: o relatório final de gestão do CFESS, triênio 2011-2014, permite afirmar que houve uma ampliação dos ambientes de trabalho, nas mais diferentes políticas, que requisitam a inserção do assistente social, conforme Moura (2015, p. 11).

Tais fatos evidenciam que, mesmo em face de uma conjuntura adversa, é possível registrar certa resistência político-organizativa da categoria refletida por meio da

publicização de nossas referências ético-políticas e culturais, via divulgação de conceitos e bandeiras políticas como os da diversidade, da orientação sexual, do combate à desigualdade,

socialização da riqueza, dentre outros. Esse movimento vem se dando através da realização e ampliação de fóruns, encontros e debates, imprimindo maior organicidade entre o movimento (MOTA; AMARAL, 2014, p. 37).

Essas conquistas e a qualidade do debate profissional, teórico e político, foram possibilitadas pela maturidade intelectual adquirida pela categoria nos últimos anos, referendando o Serviço Social brasileiro como profissão e área de conhecimento, conquistando espaço no âmbito das Ciências Sociais como importante núcleo de resistência no interior do marxismo.

V. CONCLUSÃO

Considerando as questões abordadas nessa comunicação, constitui-se um equívoco nomear essa parte do texto como “Conclusão”, pois a aproximação inicial à temática suscita mais indagações do que respostas no que diz respeito à hegemonia do projeto ético-político do Serviço Social.

O projeto profissional referido, que tem como eixo central a liberdade, estando, portanto, vinculado a um projeto societário que defende a superação da ordem social capitalista, conseguiu afirmar-se nos anos 1990, por meio das vanguardas do Serviço Social que o defendem como projeto que direciona intelectual e moralmente o conjunto da categoria.

A luta e a conquista dos espaços de organização política e de formação da categoria (conjunto CFESS/CRESS, ABEPSS, ENESSO e ambientes acadêmicos) e sua concretização no aparato jurídico-legal (Código de Ética de 1993, Lei de Regulamentação da Profissão – Lei 8.662/1993 e Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996) constituem o processo de construção da hegemonia desse projeto.

A conquista da direção intelectual e moral da profissão demonstrou que não havia a explicitação articulada em forma de um projeto que efetivamente apresentasse riscos a esse. Assim, desde sua gênese, o denominado projeto ético-político tem tido a aprovação da categoria nas urnas, nos debates, nos congressos e nas deliberações. Porém, a hegemonia, conforme Gramsci, não

envolve apenas a direção intelectual e moral, devendo abranger, também, o consenso e a adesão a essa direção.

É nesse aspecto que se considera a existência de um problema na construção da hegemonia desse projeto, que está relacionado à não representatividade dos “profissionais da base” nessa formulação. Embora exista certo consenso, na medida dos profissionais que participam dos espaços deliberativos, é sabido que estes são esvaziados e não representam a diversidade da categoria de assistentes sociais, processo de distanciamento já conhecido entre “aqueles que pensam” e “aqueles que fazem”.

Compreendendo a adesão dos profissionais da base ao projeto como um dos elementos que lhe confere efetividade, acredita-se que sua consolidação está ameaçada pelo hiato existente entre a academia, as entidades de organização da categoria e o conjunto dos profissionais. Também é possível citar a discrepância entre algumas palavras de ordem da categoria e o movimento da realidade. Quanto a essa questão, cita-se como exemplo as manifestações das entidades da categoria acerca da modalidade EAD. Considerando sua descomunal expansão, bem como a ampliação do contingente profissional, pergunta-se se não seria o momento de questionar as condições em que esse processo ocorre e propor sugestões e exigências no intuito de qualificá-lo, visto que o enfrentamento da modalidade por princípio em nada alterou seu crescimento.

Conforme pontuado por Cardoso (1999, p. 166), a adesão ao PEP parece ocorrer numa dimensão aparente, no discurso de uma parcela da categoria, que possui ressonância apenas dentro de eventos sobre a profissão e em ambientes acadêmicos. A hegemonia do PEP aparenta se resumir a um discurso abstrato, não expressando a construção de práticas que caminhem na direção apontada por tal projeto. Há repetição de um discurso saturado, e muitas vezes não qualificado, em consonância com a teleologia desse projeto, restringindo-se a um plano superficial de reprodução, mas não de incorporação.

Levando em conta os conteúdos abordados e algumas impressões decorrentes da participação em eventos promovidos pela categoria e do

cotidiano do trabalho profissional, concorda-se com a perspectiva que afirma a existência de crise da hegemonia do projeto ético-político. Entende-se que o cotidiano traz em si a possibilidade de transgressão ao que está socialmente instituído, tendo em vista que a própria realidade, permeada de contradições, é o lugar potencial da construção de resistência. Compreende-se, também, que houve conquistas no âmbito da formação profissional e avanços na implementação de políticas públicas. Não se pode desconsiderá-los, tampouco negar a importância da defesa do PEP. Mas, esta precisa ocorrer em articulação com os profissionais da base. Confirmam-se as palavras de Netto: “as ameaças apenas anunciadas em 1999 adquirem uma densidade que põe em crise a implementação do ‘projeto ético-político’. Então, o seu enfrentamento supõe mais vontade política organizada e menos ilusões otimistas” (2007, p. 40).

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. As metamorfoses e a centralidade do trabalho hoje. In: _____. **Os Sentidos do Trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho / Ricardo Antunes. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2009. (Mundo do Trabalho)

BARROCO, Maria Lúcia S. Não passarão! Ofensiva neoconservadora e Serviço Social. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 124, p. 623-636, out./dez. 2015.

BRAZ, Marcelo. A hegemonia em xeque: Projeto ético-político do Serviço Social e seus elementos constitutivos. **Revista Inscrita**, Brasília (DF): CFESS, n. 10, 2007.

BRAZ, Marcelo; TEIXEIRA, Joaquina. O projeto ético-político do Serviço Social. In: CFESS; ABEPSS (Orgs). **Serviço Social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CEAD, 2009.

CARDOSO, Priscila Fernanda Gonçalves. **A Hegemonia do Projeto Profissional na década de 90 questionar é preciso, aderir (não) é preciso**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1999.

CARDOSO, Priscila Fernanda Gonçalves. **Ética e projetos profissionais**: os diferentes caminhos do Serviço Social no Brasil. Campinas (SP): Papel Social, 2013.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci**: um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

GOMES, Jarbas Maurício. **Religião, Educação e Hegemonia nos Quaderni Del Carcere de Antonio Gramsci**. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2012. Disponível em: <<http://www.ppe.uem.br/dissertacoes/2012%20-%20Jarbas.pdf>>. Acesso em: 28 nov. 2016.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 27. ed. São Paulo, Cortez; [Lima, Peru]: CELATS, 2009.

IAMAMOTO, Marilda Villela. O Serviço Social na cena contemporânea. In: CFESS/ABEPSS (Orgs). **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília, 2010.

IGLESIAS, Juliana. A distância da educação: reflexões para o Serviço Social brasileiro. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL, 4, 2016, Vitória; ENCONTRO NACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL, 11, 2016, Vitória. **Anais...** Vitória: UFES, 2016.

MOTA, Ana Elisabete; AMARAL, Ângela. Projeto profissional e projeto societário. **Revista Inscrita**, Brasília: CFESS, n.12, 2009.

MOURA, Jackeline da Silva. Atualização contemporânea sobre o debate da crise de hegemonia do projeto ético-político do Serviço Social. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL, 3, 2015, Vitória; ENCONTRO NACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL, 10, 2015, Vitória. **Anais...** Vitória: UFES, 2015.

NETTO, José Paulo. A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea. In: Capacitação em Serviço Social e Política Social. Programa de Capacitação Continuada para Assistentes Sociais. Brasília: CFESS/ABEPSS/CEAD/UnB, Módulo I, 1999.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

NETTO, José Paulo. Das ameaças à crise. **Revista Inscrita**, Brasília, n. 10, 2007.

RAICHELIS, Raquel. O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente à violação de seus direitos. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 107, jul./set. 2011.

RODRIGUES, Sâmia. Limites e possibilidades históricas do Projeto Ético-Político. **Revista Inscrita**, Brasília, n. 12, 2009.

YAZBEK, Maria Carmelita; MARTINELLI, Maria Lúcia; RAICHELIS, Raquel. O Serviço Social brasileiro em movimento: fortalecendo a profissão na defesa de direitos. **Revista Serviço Social & Sociedade**, n. 95, 2008.